PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

ATA DA 175ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA ANUAL Nº 06/2026

Data: 25 de junho de 2026

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às nove horas e dez minutos, realizou-se, nas dependências da Paranaguá Previdência, a 175ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Órgão Gestor do Regime Próprio de Previdência Social do Município, com a presença dos conselheiros Paulo Charbub Farah, Janete Isabel Passos e Sonia Regina de Araújo, representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de Paranaguá; Bruno Alves Cunha de Oliveira e Leão Salomão Neto, representantes do Poder Executivo; e Thaís Andressa de Leão, representante do Poder Legislativo. Também participaram da reunião o Diretor-Presidente, Ali El Kadri, e o Diretor Financeiro, Sidnei França dos Santos. Dando início à apresentação dos investimentos, foi informado que a carteira encerrou o mês de maio com saldo de R$ 3.043.573,15 (três milhões, quarenta e três mil, quinhentos e setenta e três reais e quinze centavos). Nesse montante já se encontra contabilizado o valor aproximado de R$ 742.971,76 (setecentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos), referente às amortizações recebidas. O patrimônio líquido do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) atingiu R$ 1.140.521.174,19 (um bilhão, cento e quarenta milhões, quinhentos e vinte e um mil, cento e setenta e quatro reais e dezenove centavos). No acumulado do exercício, compreendido entre os meses de janeiro e maio, foi registrado resultado positivo de R$ 53.384.443,41 (cinquenta e três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos). Em relação à meta atuarial, até o encerramento do mês de maio foi alcançada rentabilidade de 5,12%. Para o atingimento da meta projetada para o encerramento do exercício, restava alcançar aproximadamente 5,77%. Ressaltou-se, ainda, que a meta atuarial é variável e sofre atualização mensal, sendo composta por uma taxa fixa de 5,81% ao ano, acrescida da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Considerando que o IPCA, índice oficial de inflação, apresentou elevação nos últimos meses, a meta atuarial também foi reajustada. Para a presente análise foi utilizada projeção de inflação de 5,09%. Ainda assim, destacou-se que já foi alcançado aproximadamente cinquenta por cento da meta anual, demonstrando que os resultados permanecem compatíveis com o planejamento estabelecido para o período. Na sequência, informou-se que o principal impacto negativo na carteira durante o mês decorreu da renda variável. O Índice Bovespa (Ibovespa) encerrou o mês de maio com desvalorização próxima de 7%. Apesar do resultado negativo no período, o índice permanece positivo tanto no acumulado do exercício quanto na análise dos últimos doze meses. Nos dois últimos meses, o mercado acionário apresentou desempenho mais modesto, reflexo principalmente do cenário econômico e geopolítico internacional. Em consequência, os fundos de renda variável

integrantes da carteira acompanharam esse movimento. Por outro lado, os demais segmentos da carteira apresentaram resultados positivos. Destacaram-se os fundos de crédito privado, especialmente Bradesco Proteção Dinâmico, Principal Crédito Privado e Bravo Crédito Privado, todos com rentabilidade superior a 1,20% no mês. Também obtiveram desempenho satisfatório os investimentos em títulos públicos e os fundos de renda fixa. Ressaltou-se que, embora a renda variável tenha apresentado desempenho inferior no período, a análise dos últimos doze meses demonstra que esses mesmos fundos acumulam rentabilidades entre 16% e 20%. Tal resultado evidencia a importância de avaliar os investimentos sob a perspectiva de médio e longo prazo, e não apenas pelo desempenho de um único mês. O fundo que apresentou o maior resultado negativo permaneceu sendo o Brazilian Grave 11. Sobre esse investimento, o Diretor Financeiro antecipou algumas informações aos conselheiros. Informou que a Paranaguá Previdência integra um grupo formado por diversos RPPS cotistas do referido fundo. Na semana anterior foram realizadas reuniões virtuais entre esses institutos, ocasião em que se deliberou pela adoção de um movimento conjunto visando solicitar a liquidação do fundo. Foi elaborada uma minuta de ofício contendo as demandas dos RPPS, a qual foi encaminhada tanto ao gestor quanto ao administrador do fundo. Em resposta, o administrador apresentou considerações e contrapropostas às solicitações formuladas. Como esse retorno foi recebido apenas na última semana, os institutos ainda se encontram em fase de análise da documentação encaminhada. Informou-se, ainda, que já está convocada assembleia para o dia 23 de julho, ocasião em que será discutida a proposta apresentada. Esclareceu-se que não se trata de liquidação imediata do fundo. Caso a proposta seja aprovada, será elaborado um plano de liquidação com prazo estimado de cinco anos, permitindo a alienação gradual dos ativos e reduzindo eventuais impactos financeiros aos cotistas. Considerando que o assunto ainda se encontra em fase inicial de discussão, toda a documentação foi encaminhada à consultoria de investimentos da Paranaguá Previdência. Além disso, será realizada reunião extraordinária do Comitê de Investimentos para aprofundamento da análise antes da definição de qualquer posicionamento institucional. Em relação à carteira de investimentos, informou-se que não houve novas movimentações nem inclusão de novos fundos. Em razão das exigências da nova regulamentação, o Instituto permanece limitado quanto à realização de novas aplicações até a obtenção da certificação do Pró-Gestão. Apesar dessa limitação, destacou-se que a carteira permanece adequadamente diversificada, contemplando investimentos em renda fixa, renda variável, fundos multimercado, crédito privado e títulos públicos, proporcionando maior equilíbrio e mitigação dos riscos decorrentes da concentração em uma única classe de ativos. O Diretor Financeiro informou, ainda, que vêm sendo realizadas reuniões periódicas com diversas instituições financeiras, entre elas o Banco do Brasil e a 4UM Investimentos. Segundo relatado, em todas essas reuniões a carteira de investimentos da Paranaguá Previdência recebeu avaliações bastante positivas. As instituições, que acompanham diversos RPPS em todo o país, destacaram a estratégia de diversificação adotada pelo Instituto como um dos principais pontos fortes da gestão, ressaltando que muitos regimes próprios enfrentam dificuldades justamente em razão da elevada concentração de recursos em poucos segmentos do mercado.

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

Atualmente, o único segmento no qual o Instituto não possui investimentos é o mercado internacional, uma vez que todas as posições foram encerradas no exercício anterior. Embora esse segmento venha apresentando resultados positivos, a regulamentação vigente impede novas aplicações até que seja obtida, no mínimo, a certificação Pró-Gestão Nível II. Em razão dessa limitação, conforme deliberação do Comitê de Investimentos, todos os novos recursos continuam sendo direcionados para fundos de renda fixa de prazo intermediário, vinculados aos índices IMA-B5 e IDKA. Paralelamente, encontram-se em andamento estudos para ampliação das aplicações diretas em títulos públicos, considerando o atual cenário de juros, que permanece favorável e proporciona rentabilidades atrativas. Nesse contexto, foram iniciados estudos acerca de uma nova plataforma disponibilizada pela B3, desenvolvida especificamente para os RPPS. A ferramenta funciona de forma semelhante a um home broker, permitindo que o próprio Instituto realize operações de compra, venda e negociação de títulos públicos. O Comitê de Investimentos participou recentemente de apresentação promovida pela própria B3, oportunidade em que a ferramenta foi considerada bastante promissora. Informou-se que alguns RPPS do Estado do Paraná, entre eles o Município de Curitiba, já utilizam essa plataforma. O acesso ao sistema permanecerá disponibilizado gratuitamente até o ano de 2027, como forma de incentivo à utilização da ferramenta pelos regimes próprios de previdência. Em seguida, a Presidente do Conselho Fiscal, Zenilda Souza Costa apresentou e procedeu à leitura do Parecer Mensal, do Parecer sobre a Prestação de Contas do exercício de 2025 e do Parecer Trimestral do Comitê de Investimentos, elaborado em atendimento às exigências do Programa Pró-Gestão. Na análise da Prestação de Contas do exercício de 2025, foram examinados os demonstrativos contábeis, financeiros, orçamentários e os demais documentos que compõem a prestação de contas do exercício. Após minuciosa análise dos demonstrativos e verificada a conformidade das demonstrações contábeis, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, emitiram parecer favorável à aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2025, por entenderem que as demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial, econômica e financeira do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), evidenciando a regularidade da gestão e as boas práticas administrativas adotadas pela Paranaguá Previdência. Na sequência, foi apresentado o Parecer Trimestral do Comitê de Investimentos, no qual se constatou que a gestão dos recursos observou as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos e na legislação vigente. O relatório evidenciou desempenho satisfatório da carteira de investimentos no trimestre avaliado, demonstrando a valorização dos ativos e a adequada condução da gestão dos recursos previdenciários. Passando à análise das despesas, foi informado que no mês de maio ocorreu apenas o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário. As despesas com aposentadorias e pensões permaneceram dentro da média histórica, sem alterações significativas, mantendo-se em aproximadamente R$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais). Entre as despesas registradas no período, destacou-se apenas o pagamento do adicional constitucional de um terço de férias a servidor do Instituto. As demais despesas permaneceram dentro da normalidade. Na rubrica "Pessoa Física", observou-se variação mais expressiva em razão do pagamento dos jetons. Esclareceu-se que

esses pagamentos são processados no mês subsequente, em razão do fechamento da folha de pagamento, o que justifica a diferença verificada no relatório. Ainda em relação à folha de pagamento, registrou-se o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro salário. Em decorrência disso, no Fundo Previdenciário a despesa passou de R$ 1.902.909,98 (um milhão, novecentos e dois mil, novecentos e nove reais e noventa e oito centavos) para R$ 2.736.588,98 (dois milhões, setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos). No Fundo Financeiro, a despesa evoluiu de R$ 2.247.802,87 (dois milhões, duzentos e quarenta e sete mil, oitocentos e dois reais e oitenta e sete centavos) para R$ 3.160.694,67 (três milhões, cento e sessenta mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sessenta e sete centavos). Ao detalhar as despesas administrativas, esclareceu-se que a principal variação decorreu da viagem realizada pelos conselheiros ao município de Gramado, especialmente em razão da locação da van utilizada para o deslocamento. Informou-se, ainda, que as passagens referentes à viagem prevista para o mês de setembro foram adquiridas antecipadamente, visando à obtenção de melhores condições de preço. Em relação à empresa Davantel, foi esclarecido que a despesa registrada se refere ao aluguel do veículo utilizado pelo Instituto. Informou-se que essa correspondeu à última parcela do contrato, o qual não foi renovado. A decisão decorreu da solicitação de reavaliação dos valores contratados e da abertura de novo processo licitatório para contratação desse serviço. As demais despesas permaneceram sem alterações relevantes. Quanto à despesa registrada em favor da empresa Actuarial, esclareceu-se que o valor aproximado de R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) não corresponde ao valor mensal do contrato, cujo custo é de aproximadamente R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) por mês. O valor apresentado decorreu do pagamento de duas notas fiscais no mesmo período, sendo um referente ao início e outra ao encerramento do período de competência, ocasionando o aparente aumento da despesa no relatório. Passando à análise das concessões de benefícios previdenciários, informou-se que não houve apontamentos extraordinários, apenas o registro das movimentações rotineiras do mês. Foram concedidos cinco benefícios, sendo dois vinculados ao Fundo Financeiro e três ao Fundo Previdenciário. O benefício de maior valor concedido no período correspondeu à aposentadoria de uma professora, no valor aproximado de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais. No conjunto, as novas concessões representam impacto financeiro aproximado de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais na folha de benefícios. Em relação aos falecimentos registrados no mês de maio, foram contabilizados dois óbitos de segurados. Em um dos casos, o processo de concessão da pensão por morte já havia sido iniciado, porém o benefício foi efetivamente concedido apenas no mês de junho. No outro caso, até o encerramento do mês de maio, ainda não havia sido protocolado requerimento de pensão pelos respectivos dependentes. Na sequência, foi apresentado processo de aposentadoria do servidor Pedro Pessoa Ribeiro, conforme solicitação formulada pelo Conselho Administrativo na reunião anterior. Em atendimento ao Memorando nº 87/2026, a servidora responsável pela concessão dos benefícios encaminhou a documentação referente ao cálculo da aposentadoria, incluindo a memória de cálculo e as fichas financeiras. Esclareceu-se a necessidade de adequação do cálculo do décimo terceiro salário. Em decorrência dessa

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

revisão, foi publicada portaria específica sobre as adequações do benefício. Por fim, o conselheiro Leão Salomão Neto solicitou que o setor responsável pela concessão de benefícios realize nova análise das planilhas de cálculo, a fim de conferir e, se necessário, retificar os critérios e os valores utilizados na concessão do benefício. Prosseguindo, informou-se que o projeto de automatização do sistema de contabilidade permanece em desenvolvimento. No mês anterior foi realizada reunião com a comissão responsável, com a finalidade de alinhar pontos do edital de contratação. Quanto ao serviço de perícia médica, informou-se que foi instaurado novo processo administrativo visando à contratação por meio de credenciamento. Em relação à limpeza dos aparelhos de ar-condicionado, foi relatada dificuldade na obtenção de orçamentos. Diversas empresas realizaram vistoria técnica nas instalações, porém não encaminharam posteriormente as respectivas propostas comerciais. Esclareceu-se que essa dificuldade possivelmente decorre do valor estimado da contratação, aliado à exigência legal de certificação específica para prestação desse tipo de serviço à Administração Pública. Muitas empresas atuam regularmente no mercado privado, porém não possuem a documentação exigida ou não a mantêm atualizada, circunstância que restringe significativamente o número de fornecedores aptos a participar do certame. Informou-se, ainda, que uma das empresas realizou a visita técnica, mas até o momento não apresentou orçamento. Foi comunicado, ainda, o pagamento referente ao processo de inexigibilidade de licitação destinado à participação no evento promovido pela APEPREV, previsto para o mês de setembro. O processo de contratação de empresa para gerenciamento dos estagiários permanece em andamento. Quanto às aquisições de materiais de informática e de expediente, informou-se que os processos foram iniciados recentemente. Parte dos materiais foi entregue na semana em curso, razão pela qual os respectivos processos administrativos ainda se encontram em fase de conclusão. Na área de capacitação, registrou-se a participação em curso técnico presencial promovido pela APEPREV, durante a Semana Previdenciária. Na sequência, o Presidente apresentou atualização acerca do andamento da implantação do Programa Pró-Gestão, informando que o programa é composto por 24 ações estruturantes, desdobradas em aproximadamente 140 requisitos que devem ser atendidos pelo Instituto. Esclareceu que o acompanhamento do cumprimento dessas ações é realizado por meio do sistema disponibilizado pela empresa responsável pelo suporte técnico ao programa. Informou que, até poucos meses atrás, apenas uma das ações havia sido concluída. Atualmente, o Instituto já contabiliza oito ações concluídas, das quais seis são classificadas como essenciais para o processo de certificação. Destacou que a implantação do Pró-Gestão ocorre de forma gradual, sendo que, à medida que os requisitos são cumpridos, o Instituto avança para os níveis subsequentes do programa. Entre os avanços alcançados, destacou-se a área de Educação Previdenciária, na qual foram realizadas a apresentação do Relatório de Governança, a realização de audiência pública com transmissão ao vivo e a elaboração da cartilha previdenciária. Entre as pendências mais relevantes, destacou-se a realização do Censo Previdenciário, considerado um dos requisitos de maior complexidade para obtenção da certificação. A princípio, a intenção da Administração é realizar o censo utilizando os sistemas

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

já disponíveis no Instituto, buscando reduzir os custos decorrentes da contratação de empresa especializada. Na sequência, foi apresentada a Política de Segurança da Informação, outro requisito obrigatório do Programa Pró-Gestão, cuja aprovação compete ao Conselho Administrativo. Durante a discussão da matéria, foi questionado se a política contemplava apenas diretrizes gerais ou se também disciplinaria procedimentos específicos, tais como concessão, alteração e revogação de acessos aos sistemas informatizados. Em resposta, foi esclarecido que a mesma estabelece as diretrizes gerais da gestão da segurança da informação, enquanto os procedimentos operacionais específicos serão regulamentados posteriormente por meio de normas internas, nas quais serão definidos os fluxos de execução, responsabilidades, níveis de acesso e demais procedimentos administrativos necessários. Encerradas as discussões, o Conselho Administrativo aprovou, por unanimidade, a Política de Segurança da Informação, não havendo manifestações contrárias ou ressalvas por parte dos conselheiros. Em relação às solicitações formuladas pela conselheira Janete Isabel Passos quanto à inclusão das regras de aposentadoria no sítio eletrônico da Paranaguá Previdência, foi esclarecido que, em razão das férias do servidor Tabajara, não foi possível realizar a atualização dentro do prazo inicialmente previsto. Informou-se, entretanto, que a servidora Bernadete já está providenciando a resposta ao ofício encaminhado, bem como revisando todas as regras de aposentadoria, para que sejam disponibilizadas no portal institucional a partir do próximo mês. Em relação ao ofício encaminhado sobre a Previdência Complementar, conforme deliberação da reunião anterior, informou-se que o documento já foi devidamente protocolado. Neste momento, aguarda-se o encaminhamento dos esclarecimentos solicitados acerca dos fatos ocorridos anteriormente, comprometendo-se a Administração a dar ciência aos Conselhos tão logo seja recebida manifestação oficial. Por fim, quanto ao relatório elaborado pela comissão, foi informado que o documento será encaminhado previamente aos conselheiros para análise individual. Esclareceu-se que a intenção não era submetê-lo à deliberação nesta reunião, mas proporcionar tempo hábil para sua leitura e avaliação. Após o recebimento da versão definitiva, devidamente assinada pela comissão, a Diretoria Executiva realizará sua análise e, posteriormente, será convocada reunião conjunta entre a Diretoria Executiva e os Conselhos para discussão do relatório, das propostas apresentadas e de eventuais alterações ou sugestões que venham a ser consideradas pertinentes. Nada mais havendo a tratar, foi determinada a lavratura da presente ata por mim, Ariana Ziesemer, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. A reunião foi encerrada às dez horas e quarenta e cinco minutos.

Paranaguá, 26 de junho de 2026.

Conselho de Administração

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

Paulo Charbub Farah – Presidente
Representante do Sindicato

Thais Andressa de Leão – Vice-Presidente
Representante do Poder Legislativo

Bruno Alves Cunha de Oliveira
Representante do Poder Executivo

Janete Isabel Passos
Representante do Sindicato

Leão Salomão Neto
Representante do Poder Executivo

Sonia Regina de Araujo
Representante do Sindicato

Ali El Kadri
Diretor Presidente da Paranaguá Previdência

Sidnei França dos Santos
Diretor Financeiro